

INFLAÇÃO, SALÁRIOS MAIS BAIXOS E SUBEMPREGO recrudescimento da miséria e empobrecimento da população

Dois milhões de famílias passaram a viver em extrema miséria sob o governo Bolsonaro e, como não poderia ser diferente, esses números se expressam também na região de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Desde outubro, a Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos – novo serviço prestado pelo Nesp – vem procurando compreender a elevação desses números na região, ao mesmo tempo em que procura identificar os caminhos adotados pelas distintas esferas de governo com vistas ao enfrentamento desse desafio.

Duas constatações se impõem. A primeira diz respeito ao fato de que o recrudescimento e o retorno da fome são resultados previsíveis de uma concepção de estado e de um modo de governar que não considera os mais pobres como parte da equação.

Neste **Contextus**, são considerados apenas elementos que estão sob a esfera de ação do governo federal. De fato, fenômenos como o desemprego e o desmonte do aparato jurídico que sustentava as relações de trabalho dependem totalmente de decisões governamentais centrais. No entanto, está claro que, também no governo mineiro, o constante processo de redução de serviços públicos prestados pelo estado vêm tendo impacto no campo social. Esse será assunto para outra edição no futuro.

Além da miséria e da fome, assistiu-se nos últimos meses ao empobrecimento geral da população. A corrosão dos salários e do poder aquisitivo é o resultado bem prático da inflação no preço dos alimentos, nas sucessivas elevações no valor pago pelo gás de cozinha, pela energia elétrica, pelos combustíveis. A escala desse processo de empobrecimento jamais chegou a tal intensidade em tempos recentes. Diferenças nos preços desses produtos são agora perceptíveis, praticamente, de um mês para outro.

A SOMBRA DA MISÉRIA E DA FOME VOLTARAM AO PAÍS SOB O GOVERNO BOLSONARO

Os dados são oficiais: houve um aumento do número de pessoas pobres e extremamente pobres, ao longo dos últimos doze meses, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico). No mês de junho deste ano, chegou-se a 14,7 milhões de pessoas vivendo em condições miseráveis. Quando Jair Bolsonaro (sem partido) assumiu a Presidência no início de 2019, havia 12,7 milhões de pessoas nessas condições. A diferença, portanto, é de dois milhões de pessoas que cruzaram a linha da pobreza e da miséria.

Considera-se pobreza extrema quando, em uma família, cada pessoa tem rendimento de até R\$ 89 por mês. Encontrando-se em tais condições, não é possível ter um lugar adequado para morar, restando apenas a rua ou estruturas muito precárias e improvisadas como local de habitação. O risco de não ter nada para comer é constante. As pessoas que vivem nesse nível de pobreza não conseguem alimentos nem em quantidade nem com a qualidade necessária para se nutrirem adequadamente.

Constam ainda outros 2,8 milhões de pessoas que têm renda entre R\$ 90 e R\$ 178 mensais e se encontram em condição miserável, embora não o sejam em nível extremo. Acima desse patamar estão as famílias de baixa renda cujos membros ganham até meio salário-mínimo por pessoa e a somatória da renda *per capita* não ultrapassa três salários-mínimos. Atualmente isso é equivalente ao máximo de R\$ 3.300.

De acordo com o inquérito conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), no final de 2020, mais da metade dos brasileiros (55%) estavam sofrendo com algum nível de insegurança alimentar. Isso quer dizer que 116,8 milhões de pessoas não estavam conseguindo se manter alimentadas. As pessoas que experimentam incerteza quanto às possibilidades efetivas de se alimentarem acabam por diminuir a quantidade e a qualidade dos alimentos que consomem. Frequentemente, deixam de fazer todas as refeições que seriam necessárias para manterem o bem-estar e a saúde. Além disso, pelo menos 19 milhões de brasileiros estão passando fome.

No entorno de Belo Horizonte, os dados parecem apontar a mesma tendência que se vê globalmente no país. São números por vezes descontraídos, pois costumam variar a depender do período considerado, da metodologia ou dos critérios utilizados no cálculo. Sem os números relativos ao aumento ou diminuição da população em cada município, compromete-se a possibilidade de se fazerem estimativas quanto ao crescimento da pobreza.

Os dados a seguir foram retirados da plataforma mantida pelo Ministério da Cidadania e delineiam a tendência de aumento da pobreza extrema em alguns dos municípios na área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte. Há que se destacar, porém, os limites dessa própria ferramenta: há mais de um ano não tem sido feita a atualização com dados novos. A rigor, não se pode descartar que a movimentação ascendente dos números decorra, por exemplo, de maior eficiência dos municípios na identificação e, eventualmente, no atendimento das famílias necessitadas.

Seja como for, a apreciação desses dados interessa, inicialmente, até mesmo para destacar a insuficiência dos instrumentos que poderiam contribuir para reconhecer a existência do problema e a compreensão de suas dimensões. Além disso, foram selecionados para integrar o quadro abaixo apenas os municípios mais populosos.

Não obstante todas essas demarcações de caráter metodológico, seja qual for a métrica empregada, uma conclusão tem se imposto em muitos estudos sobre aspectos demográficos da pobreza: aumentou o número de pessoas vivendo miseravelmente e passando fome. Tal constatação se confirma pelo notável aumento da população vivendo em situação de rua e pelo número de pessoas que, para viver, dependem de donativos que procuram conseguir de porta em porta.

Famílias em situação de extrema pobreza

Município	2017	2020	%
Belo Horizonte	38.828	60.785	+56,55
Betim	16.105	33.759	+109,62
Contagem	22.214	25.318	+13,97
Ibirité	7.204	9.156	+27,10
Nova Lima	682	1.736	+154,55
Ribeirão das Neves	6.139	16.531	+169,28
Sabará	3.915	4.686	+19,69
Santa Luzia	9.444	17.166	+81,77
Vespasiano	3.861	6.959	+80,24
TOTAL	108.392	176.096	+62,46

Fonte: Ministério da Cidadania.

Dados referentes ao mês setembro de 2017 e setembro de 2020.
 Compilado pela Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos.

CESTA BÁSICA E CUSTO DE VIDA NÃO PARAM DE SUBIR

A cada mês os estudos publicados pelo IPEAD/UFMG (Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais) vêm sugerindo o agravamento da situação em Belo Horizonte. Em outubro, o custo de vida teve um aumento de 0,95% em relação a setembro. Nos últimos doze meses, a inflação chegou a 9,63%. Isso representa mais do que o dobro da meta de 3,75% definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Esses números têm reflexos muito importantes, especialmente na vida das pessoas mais pobres. O preço da cesta básica em Belo Horizonte aumentou 2,69% e atingiu o maior patamar desde que esse cálculo começou a ser feito. No mês passado, a cesta básica chegou ao valor de R\$ 604,22 totalizando um aumento de 16,02% nos últimos doze meses.

Conjugados, esses dados revelam que o preço dos alimentos subiu muito acima da inflação média. A situação, no entanto, pode ser ainda mais crítica. No mês de setembro, o IPEAD havia identificado uma alta de até dois dígitos nos preços de diversos produtos diariamente presentes na mesa dos mineiros, como o açúcar cristal (56,82%), o café moído (44,44%) ou o óleo de soja (37,87%). Esses são apenas alguns exemplos e a variação se refere aos últimos doze meses.

Não é apenas a escalada no preço dos alimentos que tem tornado a população mais pobre. De acordo com o *site* de pesquisa de preços **Mercado Mineiro**, o preço médio de um botijão de treze quilos era, em janeiro, R\$ 84,81 entregue em domicílio. No mês passado, a média praticada na capital era de R\$ 111,80. Isso representa um aumento de 31,82% em dez meses.

Do mesmo modo, também a gasolina vem sofrendo constantes elevações de preço. Estima-se que, apenas no ano corrente, esse combustível já tenha aumentado aproximadamente 57%. A maioria dos analistas associa essa instabilidade de preços à política que foi estabelecida durante o governo Temer, ainda em 2016, pela qual o preço do petróleo nas refinarias passou a ser equiparado aos valores dessa mercadoria praticados internacionalmente.

É um fato que o petróleo tem estado muito caro fora do Brasil. No entanto, o governo Bolsonaro tem criado e alimentado crises políticas e sucessivas situações geradoras de instabilidade econômica desde o início de seu mandato. O clima de incertezas repercute no dólar americano que tem sido comercializado em valores muito altos. A política que prioriza empresas bilionárias e a oscilação cambial é que tem conduzido, como desfecho, à disparada dos preços dos combustíveis.

Pelo menos aparentemente, o governo federal segue indiferente a esses fatos. Ao contrário, tem alimentado a ideia falsa de que o ICMS cobrado nos estados sobre a venda de combustíveis é que seria

o responsável pela situação. No final de outubro, aqui em Minas Gerais, o governador Romeu Zema anunciou o congelamento desse imposto sobre o óleo diesel, sem detalhar por quanto tempo e qual seria o impacto dessa medida sobre o preço final desse combustível.

A maioria dos governadores de estado recusou essa saída encampada pelo governo mineiro pela falta de indicativos de que tal medida possa ter sucesso na redução de preços. Várias análises publicadas na imprensa constatam que, nos últimos vinte anos, o percentual do ICMS permaneceu estável na média nacional. No caso da gasolina, por exemplo, esse imposto representava 40% do valor pago pelo consumidor. Em 2021, esse percentual é de 39%, um valor que pode ser interpretado no campo da estabilidade.

Uma das críticas que se faz é a de que, adotando a redução do ICMS, os estados veriam a redução em uma importante fonte de arrecadação sem garantia de colher o benefício da efetiva redução nos preços. Novos aumentos sobre os combustíveis continuariam ocorrendo por conta de questões cambiais e da política de preços adotada nacionalmente.

Assim, a decisão do governador de Minas Gerais foi recebida com ceticismo, apesar de ter atraído elogios do presidente da República. A medida foi tomada após o período de tensão gerado pela greve de tanqueiros que chegou a causar desabastecimento em postos de combustíveis no entorno da capital. Mesmo o tom de descrédito adotado pelo governador no anúncio do congelamento permite intuir que essa é apenas uma medida para aplacar o setor grevista e angariar apoio da população. De fato, o próprio Romeu Zema (Novo) destacou que não está em poder dos estados a solução de um problema que é federal e afeta o mercado mundial.

Nos últimos meses, também o custo da energia elétrica disparou. Em setembro esse serviço já havia contribuído para elevar a inflação mensal depois de um aumento de 6,6%. As explicações para essa

REDUÇÃO DE VERBAS FEDERAIS IMPACTA COMBATE À FOME NA GRANDE BH

A Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp procurou saber o que está sendo feito pelos poderes públicos em cinco cidades que compõem a Arquidiocese de Belo Horizonte: Ibirité, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

Apesar da escassez de informações sobre esses municípios, uma constatação se impõe: os sucessivos cortes do governo federal no investimento em programas sociais têm tido um enorme impacto nas políticas públicas voltadas para as pessoas mais necessitadas.

Leia no *síte* do Nesp:
www.nesp.pucminas.br

situação são diversas: a crise hídrica, o uso das termoelétricas, a necessidade de importar energia de países vizinhos, entre outras.

Destaca-se, porém, o caráter político dessa situação. O descaso do governo federal que não foi capaz de se antecipar aos previsíveis níveis pluviométricos mais baixos é um dos elementos frequentemente citados como causa do problema. Afinal, os prognósticos de redução das chuvas vêm sendo reiterado há vários anos.

Há vários meses, o custo da produção de energia vem sendo repassado aos consumidores na forma de “bandeiras tarifárias”. A energia fica mais cara quando é produzida por usinas térmicas, em lugar das hidrelétricas e estas vêm enfrentando a dificuldade da escassez de água. Nessa situação, inclui-se na conta um valor adicional que deve ser pago pelo consumidor.

O problema é que, embora esteja sendo muito difícil – principalmente para os mais pobres – assumir esse custo, a arrecadação proveniente das bandeiras tarifárias não está sendo suficiente para cobrir o rombo. Por si só, esse já seria um problema suficientemente preocupante. Contudo, as projeções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) indicam um aumento superior a 20% no próximo ano. Isso significa um aumento três vezes maior do que aquele verificado em setembro com enorme impacto sobre a inflação e maior empobrecimento da população.

Os aumentos na energia elétrica, nos combustíveis e no gás de cozinha sustentam a inflação de modo especial, porque acabam transmitindo a tendência de alta para outros produtos, já que são insumos básicos ou instrumentais em todos os segmentos econômicos, da produção agrícola até a comercialização. Portanto, esses são insumos que acabam determinando os preços dos alimentos.

AUMENTO DE CONTRATAÇÕES NÃO CONSEGUE ALIVIAR O PESADELO DO DESEMPREGO E DA PERDA DE RENDIMENTOS

Recentemente, o IBGE trouxe a público os números de emprego e desemprego referentes ao trimestre encerrado no mês de agosto: houve uma redução na taxa de desocupação e diminuiu o número de pessoas subutilizadas no mercado de trabalho. A diminuição do desemprego chegou a 1,3 ponto percentual comparado ao mesmo período no ano anterior. Essa é, em princípio, uma boa notícia quando se considera que mais de um milhão de pessoas conseguiu trabalho nos últimos meses.

Contudo, embora isoladamente os números sejam positivos, essa melhora tem sido recebida com ceticismo. A primeira razão se deve ao fato de que a exclusão do mercado de trabalho ainda afeta um

enorme contingente da população. Ao todo, são mais de 31 milhões de pessoas em idade para trabalhar, mas que estão subutilizados no Brasil.

A taxa de desocupação de 13,2% corresponde a 13,7 milhões de pessoas sem trabalho, mas esconde o fato de que existem mais 7,7 milhões de pessoas que trabalham menos do gostariam (ou necessitariam). Geralmente, tais pessoas encontraram apenas trabalhos de tempo parcial, embora estivessem disponíveis para trabalhar em tempo integral. Além disso, não estão contadas nos números do desemprego oficial aquelas pessoas que já desistiram de procurar trabalho: nessa situação encontram-se mais 5,3 milhões de pessoas.

POLÍTICAS SOCIAIS PARA ACO- LHER A POPULAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE, CONTAGEM E BETIM

A pandemia de coronavírus não gerou apenas uma crise sanitária, mas econômica também. Muitos perderam a renda e existe forte tendência de aumento da população em situação de rua.

Diante desse cenário, a Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp averiguou o que as prefeituras de Betim, Contagem e da capital estão fazendo.

Leia no *síte* do Nesp:
www.nesp.pucminas.br

Somando-se todas as formas de subocupação, o número efetivo do desemprego e do subemprego no Brasil é da ordem de 27,4% da força de trabalho. Tem havido, de fato, uma melhora nesse indicador. Comparado ao trimestre encerrado em maio, diminuiu em 1,9 ponto percentual o número de subocupados. Nos últimos doze meses, tal redução é da ordem de 3,2 pontos percentuais. No entanto, esse segmento ainda representa o enorme contingente de 31,1 milhões de pessoas que estão excluídas ou não se encontram plenamente inseridas no mercado de trabalho.

Somando-se todas as formas de subocupação, o número efetivo do desemprego e do subemprego no Brasil é da ordem de 27,4% da força de trabalho. Tem havido, de fato, uma melhora nesse indicador. Comparado ao trimestre encerrado em maio, diminuiu em 1,9 ponto percentual o número de subocupados. Nos últimos doze meses, tal redução é da ordem de 3,2 pontos percentuais. No entanto, esse segmento ainda representa o enorme contingente de 31,1 milhões de pessoas que estão excluídas ou não se encontram plenamente inseridas no mercado de trabalho.

A segunda razão para a descrença frente à suposta recuperação do mercado de trabalho se deve ao crescimento da informalidade. Como constata o próprio informe do IBGE, “o número de empregados sem carteira assinada no setor privado (10,8 milhões) subiu 10,1% (987 mil pessoas) no trimestre e 23,3% (2,0 milhões de pessoas) no ano, as maiores variações da série histórica, em termos percentuais e absolutos, na comparação anual” (**Agência IBGE Notícias**. 27 out. 2021).

A taxa de informalidade atingiu 41,1% da população ocupada. Estima-se que a maioria das vagas de emprego geradas nos últimos meses não tenham salário fixo, nem jornada de trabalho preestabelecida. Numa espécie de “uberização” das relações trabalhistas, boa parte dos novos postos de trabalho criados não contam sequer com vínculos empregatícios formalmente estabelecidos.

Outro dado relevante é o crescimento recorde no número de pessoas trabalhando por conta própria. São 25,4 milhões de pessoas exercendo esse tipo de atividade. Não parece haver razões para se

supor um aumento do empreendedorismo; ao contrário, suspeita-se que nesses números estejam ocultos os casos de “pejotização” (PJ = pessoa jurídica). Com esse termo, designam-se formas de contratação de pessoal inscrito como microempreendedor individual (MEI), por meio das quais se reduzem, para o contratante, os custos com direitos trabalhistas e se produz uma correspondente redução nos direitos do trabalhador.

O terceiro fator que vem sendo tomado como razão para desconfiar da suposta melhora no mercado de trabalho é a redução dos salários pagos aos trabalhadores. O rendimento real habitual caiu nos últimos meses. O valor médio recebido pelos brasileiros em forma de salário, no trimestre encerrado em agosto, foi de R\$ 2.489. Isso significa que, comparado a maio, a população empobreceu, na média, 4,3%. Frente ao mesmo período de 2020, isso representa um salário 10,2% menor.

Duas informações preocupantes são indicadas pelo IBGE relativas à perda de renda da população. Uma delas diz respeito ao fato de que nunca foi tão dramática a diminuição da remuneração, tanto de um trimestre para o outro como na comparação anual: “foram as maiores quedas percentuais da série histórica, em ambas as comparações”.

A outra constatação é de que, embora mais pessoas estejam empregadas no trimestre considerado pelo levantamento (maio – junho – julho), a “massa de rendimento real habitual (R\$ 219,2 bilhões) ficou estável em ambas as comparações” (**Agência IBGE Notícias**. 27 out. 2021).

Não parece haver outra constatação possível senão a de que os empregos que vêm sendo ofertados pagam salários cada vez menores.

Por fim, a quarta razão para a desconfiança frente aos números do emprego acena para uma situação futura. A crise hídrica pode cobrar um alto preço nos empregos no ano que vem, na medida em que pode faltar energia para sustentar um eventual crescimento das atividades econômicas. Além disso, o governo Bolsonaro tem sido responsável por um dos índices mais baixos da história recente na atração de investimentos para o país. Os analistas internacionais de mercado demonstram desconfiança frente a um governo politicamente instável e gerador de sempre novas crises. As perspectivas de futuro, portanto, não parecem promissoras.

O IBGE publicou também o resultado negativo para as vendas no varejo no mês de setembro (queda de 1,3% em relação a agosto). A explicação que vem sendo dada é que os altos índices de inflação vêm aumentando o custo de produção das empresas, ao mesmo tempo em que se corrói o poder de compra dos salários dos trabalhadores. O resultado é a diminuição das vendas no comércio.

Também esse fato é visto como um mau augúrio, na medida em que menores vendas no varejo, significam, em curto ou médio prazos, menos produção na indústria e, portanto, menos contratações. Num efeito cascata, a falta de dinheiro no bolso da população, que lhe permitiria o acesso aos bens de consumo, acaba retroalimentando a crise econômica, diminuindo a oferta de empregos e aumentando a pobreza em todo o país.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento de Agentes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 – Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp poderá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick – VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves